

Exportações primárias

César Benjamin

Folha de S. Paulo, 9 de janeiro de 2010

O que mais preocupa no desempenho da balança comercial brasileira em 2009 não é o resultado em si, com nova queda no saldo, que poderia ser apenas uma decorrência da crise internacional. Os números se tornam mais problemáticos por dois motivos principais. O primeiro é que claramente estamos diante de uma tendência que transcende a crise; se não for revertida, em pouco tempo ela poderá zerar o nosso resultado ainda positivo no comércio internacional. Como temos déficit estrutural na balança de serviços e rendas, ficaremos cada vez mais vulneráveis.

O segundo motivo é que assistimos, com surpreendente passividade, à reprimarização da pauta de exportações, algo que vai na contramão da nossa trajetória no século XX. As mudanças estruturais em curso na economia internacional, com o baixo crescimento dos Estados Unidos e da zona do euro, de um lado, e a confirmação da China como potência ascendente, de outro, reforçam esse rumo. O grande país asiático, agora nosso maior comprador, quer de nós, principalmente, soja e minério de ferro.

O governo tem sido fraco no tratamento dessas questões, que exigiria estratégias múltiplas, envolvendo câmbio, infraestrutura e outras iniciativas, além de negociações internacionais menos retóricas e mais efetivas. O tempo está contra nós.

Há muito se sabe que, no longo prazo, o comércio internacional evolui desfavoravelmente aos produtores de bens primários. Os trabalhos feitos no âmbito da Cepal no século XX apontaram pelo menos cinco motivos para explicar essa tendência secular:

(a) a oferta de bens industriais se ajusta de forma mais ágil e flexível às oscilações da demanda, enquanto a oferta de bens primários é mais inelástica, de modo que neste caso os ajustes são feitos, principalmente, via preços;

(b) a indústria tem maior capacidade de inventar produtos, criando mercados novos, enquanto os bens primários permanecem sem alterações significativas ou com alterações apenas marginais, mantendo-se dependentes da expansão de mercados tradicionais;

(c) o crescimento da produção primária tende a ser mais extensivo, com maior utilização de fatores de produção já existentes;

(d) as barreiras à entrada de novos concorrentes são maiores nos setores intensivos em capital e tecnologia do que na produção de bens primários, que por isso ficam mais expostos à competição;

(e) finalmente, aquilo que, a meu ver, é decisivo: à medida que a renda das sociedades se eleva, aumenta a proporção dessa renda que se destina a consumir bens com maior conteúdo tecnológico e diminui a proporção que se destina a consumir bens primários; portanto, as economias que se especializam nestes últimos estão condenadas a disputar uma parcela decrescente da renda total.

O peso relativo e o próprio grau de validade de cada um desses argumentos, vistos isoladamente, podem variar com o tempo, mas não a ponto de alterar o sentido geral da análise. O sistema internacional é estruturalmente assimétrico, pois as posições mais vantajosas são, por definição, excludentes.

Só se mantêm na vanguarda, ou se aproximam dela, países e regiões cujas populações realizam cada vez mais trabalho qualificado. A inserção internacional do Brasil, neste momento, aponta na direção oposta. Só um grande esforço, realizado no âmbito de um projeto nacional consistente, poderá alterar esse rumo. Um esforço que não estamos dispostos a fazer, até mesmo porque não há crise iminente. Em nossa história recente, nunca o horizonte de expectativas da nação esteve tão rebaixado. Por isso achamos que está tudo bem.